



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Seropédica
Poder Legislativo

Aprovado em

02/12/25

Ata da 25ª Sessão Ordinária do 2º Período de 2025. 30/10/2025

Vereadora Luciana Alves (segunda- secretária): bom dia, assistência, imprensa. Plenário Ézio Cabral, 30 de outubro de 2025. Não havendo número legal na 25ª Sessão Ordinária do 2º período legislativo do ano de 2025, suspendo a presente reunião por 15 minutos de acordo com o Regimento Interno para aguardar a chegada dos demais vereadores.

Vereador Max Goulart (vice-presidente): bom dia, assistência, imprensa, nobres vereadores. Havendo número legal declaro aberta a presente Sessão. Convido a vereadora Luciana Alves a fazer a leitura da

Bíblia. **Vereadora Luciana Alves (segunda- secretária):** bom dia, plenária, assistência, imprensa, meus pares. Salmo 37:3-4: confia no Senhor e faça o bem; você viverá seguro na terra e prosperará. Busque

no Senhor a sua alegria e ele lhe dará os desejos do seu coração. Muito obrigada, presidente. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** muito

obrigado, Luciana Alves. Convido o vereador Neizinho para fazer a leitura da Ata da 20ª Sessão Ordinária do 2º período de 2025. **Vereador**

Sidnei Perrut (primeiro- secretário): bom dia, presidente, nobres vereadores. Bom dia a todos os presentes e a quem nos assistem pelas redes sociais. (Prosseguiu com a leitura da Ata). **Vereador Max Goulart**

(vice-presidente): a Ata está em discussão. Em votação. Aqueles que

aprovam permaneçam como estão. A Ata está aprovada. Tendo em vista
ofício desta casa de leis assinado por todos os vereadores, onde foi
convidado o procurador do município de Seropédica e o secretário de
saúde doutor Renê Mello Vigne para que prestassem esclarecimentos
acerca da obra do hospital. O nosso procurador do município encontra-
se presente. Ausente o nosso secretário de saúde, justificou que tinha
uma viagem previamente marcada, não tinha como mudar a data.
Salientou também que em outro momento oportuno esta casa de leis pode
oficiá-lo que ele virá aqui para fazer as complementações no tocante à
especialidade dele, que é a saúde e tirar qualquer dúvida dos vereadores,
porque os vereadores a todo tempo são, quando estão em campo de
futebol, no mercado, na rua, são indagados sobre como está a obra do
hospital, quando vai ficar pronto, porque atrasou e devido a isso nós
convidamos o secretário e o ilustríssimo procurador. Gostaria de
convidar o doutor Luiz Fernando para compor a mesa aqui no plenário
para que preste informações e esclarecimentos das dúvidas dos
vereadores que é a dúvida da população. Muito obrigado. Vou retirar de
pauta as indicações dos ilustres vereadores que serão lidas e aprovadas
na próxima Sessão. Justificar a ausência do nosso presidente que
encontra-se em agenda externa. Retirar de pauta também o processo nº
456/2025, com relação ao projeto nº 68/2025, de autoria do vereador
Nando Paixão. Bom dia, ilustre procurador do município de Seropédica.
Agradecemos muito a sua presença. Sei que sua agenda é bem apertada
e é importante a sua vinda aqui para esclarecer a dúvida, não só dos

vereadores, mas como da população no tocante às obras do nosso hospital municipal. Vou dar a palavra para o senhor para que o senhor comece a fazer uma explanação, depois será franqueado aos vereadores realizar perguntas ao ilustre vereador. **Doutor Luiz Fernando (procurador):** bom dia a todos. Agradecer primeiramente o convite desta Câmara Municipal. Na verdade, vereador Max, é um favor até que a Câmara faz ao executivo, ter esse espaço para dar esses esclarecimentos à população e é o espaço que eu entendo ser o espaço mais legítimo possível, que é o espaço da representação popular, em Seropédica, de uma questão que realmente afeta a todos. Todos queremos o hospital. Sem sombras de dúvidas é a nossa política pública principal, nosso projeto principal aqui da gestão do professor Lucas, é ter o hospital funcionando, né, construído e funcionando. Cumprimentar, né, o nosso presidente hoje em exercício, vereador Nezinho, né, dileto amigo e na pessoa em que cumprimento todos os edis, cumprimento a plenária, né, todos que estão nos assistindo pela TV Câmara. Eu vou fazer uma breve digressão, mas necessária em relação ao histórico do hospital, até mesmo em razão das falácias, né, que vem sendo veiculadas. Falácias, eu digo porque são inverdades, né? e muitas delas até eu tenho observado, foram faladas aqui por cidadãos, enfim, de Seropédica que usaram da palavra, né, que democraticamente os vereadores concedem, né, aqui à população. Mas, enfim, eu aproveito até aqui para fazer um desagravo em relação ao prefeito, principalmente, que é o alvo principal dessas calúnias, injúrias e difamações. Faz um verdadeiro tour, né, pelo

Código Penal, quando falam sobre isso, né, sem qualquer tipo de responsabilidade probatória, inclusive, né, infelizmente vindo de advogados, né, então é lamentável isso, né, muito lamentável, porque uma pessoa do povo, né, uma pessoa que não tem um conhecimento jurídico falar e até acreditar muitas vezes, né, levar ser enganada, né, por, enfim, por essas informações de rede social, é uma coisa agora falar, né, enfim, no um profissional do que se diz do profissional do direito, é complicado, né? é muito complicado. Eu falo isso com muita tranquilidade, porque essas questões, inclusive, essa semana teve aí enfim, uma live, eu fiquei sabendo, eu procuro não acompanhar isso porque não contribui nada, né? enfim, são pessoas que só estão tentando se aproveitar de uma situação. Todos estão vendo a dificuldade que os municípios estão passando, né, como um todo, que, enfim, a essa semana mesmo nós tivemos informação de que o corpo instrutivo do Tribunal de Contas reprovou as contas, na verdade sugeriu a reprovação porque não foi julgado ainda, né, nem pelo relator, né? E aí é uma primeira falácia, né, que eu vi aqui que foi falado que já foi reprovada as contas de 2024. O corpo instrutivo do Tribunal de Contas sugeriu a reprovação das contas de 12 municípios, dos 13 da região metropolitana, tá? Só se salvando aí, né? Salvo engano, Guapimirim, que é pequeno. Restante tudo, né, o corpo instrutivo do Tribunal de Contas, né, sugeriu a reprovação. Então, é assim, inicialmente eu queria fazer um desagravo em relação ao prefeito, porque vem suportando, né, aí essas injúrias, essas calúnias, essas difamações que vêm sendo colocadas. E principalmente, assim, um

dos temas principais dessas injúrias, calúnias e difamações é a questão relativa ao hospital. E existe aí uma desinformação. Daí a necessidade realmente de eu agradecer a Câmara de estar aqui presente, porque a gente acompanhou todo esse processo desde o início da questão, desde o projeto, né, até vereadora Luciana, eu a gente estava ouvindo que existia um projeto há 10 anos em Seropédica. Isso é uma mentira, né? Isso aí não. Até assim como eu vou deixar aqui comprovado isso, foi uma mentira também falada daqui por um cidadão de que a o município já teria recebido 50 e poucos milhões, quase 60 milhões do governo do estado, né? E o dinheiro teria sumido. Enfim, uma questão, totalmente responsável. Nunca recebemos, vereador Nando, nenhum tipo de pedido à procuradoria, de reunião na procuradoria, né? A gente fala com a população de forma cotidiana. Semana passada mesmo, no final de semana, a gente estava com procuradoria de itinerante na em Santa Sofia. Não vi essas pessoas lá, se cidadãos, né, que vão salvar a Seropédica, né, agora que apareceram agora, né, eles vão salvar Seropédica. E a gente não viu essas pessoas lá ajudando voluntariamente, né, custo zero, né, que nós fomos para lá, trabalho voluntário da procuradoria, né, fazendo assessoria jurídica à população. Então, assim, deixar bem claro, eu vou entrar na questão do hospital já, deixar esse desagravo aqui público ao prefeito, ao secretário de saúde, né, que também é alvo aí de dessas calúnias, tá? enfim, é uma questão que eu tinha que falar, né, porque realmente é muito grave isso, né? Uma coisa é você ter uma oposição construtiva que soma, né, que aponta, a gente erra também, né? Mas

assim, contar mentira, aí está num outro patamar. E a gente está até vendo, né, questão de responsabilização, né, porque isso acaba atingindo de alguma forma também a própria Câmara, né, no campo da fiscalização. E prova de que está fiscalizando é que eu estou aqui, né, prestando, né, informações, né, fui chamado, o Dr. Renê não pode vir, mas justificou, mas virá também, tá? E isso eu espero que se dê sempre, né, porque nós temos várias outras questões aí também para explicar para a população. Então, feito esse desagravo público, queria entrar na questão do hospital. Eu queria iniciar com a questão do relativo ao planejamento do hospital, né? porque esse desconhecimento desse planejamento leva, né, a suposições, a ilações que acabam influenciando a população de forma negativa, né? Então, vamos lá. O planejamento do hospital, né, na verdade é uma obra de grande porte, né, uma obra, é a principal obra, que Seropédica tem, que o executivo tem em Seropédica. Ele foi, na verdade, concebido a partir de um convênio com o governo do estado do Rio de Janeiro, tá? em que o governo do estado ingressaria com uma parte dos recursos, tá? E o município ele ingressaria com o complemento desses recursos. E aí é bom, eu vou falar aqui em números, né? Porque justamente, né, são as falácias, algumas das falácias, né, que são colocadas são em relação a esses números e a forma de aplicação desses recursos, né, porque aqui se trata de um convênio, convênio, né? Então, assim, primeiro ponto é isso, se trata de um convênio, né? Então o governo do estado não deu dinheiro para o município, para o município aplicar de qualquer forma em gasto com pessoal, com qualquer outro

tipo de finalidade. Um convênio, ele foi celebrado para a construção do hospital. Então isso é importante falar, né? Porque enfim afasta algumas falácias aí que também vêm sendo veiculados. Esse convênio, como é que funciona esse convênio? Esse convênio ele é um convênio que o governo do estado ele ia iria aportar, né, 35 milhões no total, né? Então nós teríamos aí 21 milhões, tá? condicionados para o município o recebimento, né? Vou salientar o recebimento, né? é o recebimento e não aplicação. O recebimento desses 21 milhões, ele foi condicionado, que está no convênio a que o município fizesse a o projeto do hospital, né? Então, teríamos que ter o projeto que essa questão do hospital ela se deu em duas etapas, né? Foram dois contratos, na verdade. O primeiro contrato relacionado ao projeto do hospital. E o projeto do hospital para quem não sabe, são 150 leitos. É um hospital, de esporte médio, mas é um hospital grande pra região, vai ser o maior da região e ele vai ser regional, inclusive, né? E aí é uma outra questão que é a questão de da operação do hospital, mas é um hospital para 150 leitos, tá? Então, um hospital com uma que seria vai ser o maior aqui da dessa área, dentro dessa região, pelo menos. esses 21 milhões eles ingressariam, estariam na verdade disponíveis para o município a partir, né, da realização do projeto, né, enfim, que foi às expensas do município, né? Isso é importante falar, porque esse recurso ele não pagou o projeto, é um projeto complexo, de engenharia complexo. Nós tivemos que fazer uma licitação para isso e se deu a, né, foi concluído o projeto. Esses 20 milhões passaram então a estar disponíveis para o município, né? Isso é

uma coisa, aplicação é outra. Estando disponível esses 21 milhões, os outros 14 milhões para compor os 35 do total do convênio, seriam disponibilizados pelo município após a realização da licitação, aí sim do hospital, licitação da construção, da obra do hospital, tá? essa licitação, né, para a construção da obra, ela só foi concluída em dezembro de 2023, tá? mais precisamente para a pessoa, né, quem quiser conferir isso, está no portal da transparência, 27 de dezembro de 2023, foi concluída a licitação, final do ano, portanto, né, e o contrato, né, ele foi celebrado, né, na mesma data que a gente tinha uma emergência para dar início de, justamente, né, vamos lembrar que a gente estaria já num período aí pré-eleitoral, né, entrando em janeiro já é pré-eleitoral, né, em 2020, do ano de 2024. Então começaram a surgir falácias, né, acerca da questão que era, ouvia falar até que era uma mentira, né, que não tinha nada de hospital, enfim, aquelas loucuras, né, que infelizmente a democracia é isso, né, também de tolerar umas certas loucuras que foram faladas. Então, a gente teve assim até por uma questão de transparência, nós aceleramos, né, o processo de contratação. A licitação, imagina, né, uma licitação desse porte é uma licitação muito concorrida, né, já pela lei, importante falar isso, né, que já essa licitação já se deu pela nova lei, então tudo eletrônico, né, todo eletrônico, a lisura completa da licitação. E foi feita a contratação em 27 de dezembro de 2023, tá? quando, né, foi feita a contratação, já informamos ao já informamos ao governo do estado que, olha, concluímos a licitação, tá? E pelo nosso planejamento orçamentário e financeiro, 14 milhões é muito dinheiro né? Então a gente

necessita dos 14 milhões para até pra gente ter o nosso financeiro e fazer o planejamento orçamentário daqui para a frente, né, dessa obra, porque a gente tem que ter o orçamentário e tem que ter o financeiro. São duas coisas diferentes, né? O orçamentário é uma coisa, o financeiro é outra. E esse contrato ele foi fechado 69 milhões. Então, o que ultrapassar 35 milhões, que ultrapassou os 35 milhões é responsabilidade do município, tá? Isso evidentemente impactou, né, o nosso orçamento, e o prefeito, né, o prefeito não arredou pé, no sentido de construir o hospital, né, a Câmara julgou até recentemente as contas de 2023. Vocês vão lembrar que foi exatamente o momento de queda, né, de arrecadação. Foi antes de 2023, né, e 2024 aí nem se fala, né, você vê como é que estão os municípios aí das 13, da região metropolitana, como né, 12 já o corpo estrutural do tribunal já falou que vai reprovar as contas. Então a situação muito difícil e aí assim o governo do estado deveria ter aportado esses 14 milhões. É o convênio, né? Não estou brincando, a gente não está brincando aqui. Isso aqui é um instrumento jurídico vinculante. Então o governo do estado deveria ter aportado os 14 milhões em janeiro. Enfim, já ali na assinatura do contrato. A gente já informou o governo do estado, o governo do estado teria que ter aportado esses 14 milhões. Não aportou por uma razão simples. O governo do estado estava em recuperação fiscal e ainda está, né? a PGE acabou de, né, ganhar uma ação perante o Supremo, em que o governo do estado ele estendeu o prazo de recuperação fiscal. E a recuperação fiscal, né? Para quem não sabe, a

recuperação fiscal, vou sintetizar aqui, como é que ela funciona. Existe um arrolamento das dívidas do estado perante a união, só que você tem que cortar investimento. E essa era uma verba de investimento. O estado aportou os 14 milhões? não aportou. Então, enfim, nós tivemos que refazer o todo o planejamento orçamentário e financeiro do hospital para que o hospital tivesse condições orçamentárias e financeiras para sair, né? E isso é uma composição financeira e orçamentária e financeira que deve ser refletida no contrato, tá? Pô, até uma questão de prazo e assim, foi uma questão muito complicada pra gente e aí assim é importante falar isso, né? Porque é muito fácil, vereadora Luciana, eu estou falando vereadora Luciana, que eu vejo sempre ela falar sobre isso aqui, né? É muito fácil você sentar, fazer uma livezinha, e não passar a complexidade da administração pública pra população, enfim. Mas é o que acaba acontecendo, tá? Então, assim, nós tivemos que refazer o planejamento no curso, né? Porque vamos lembrar que a gente já estava com o PPA aprovado pela Câmara, né, pela sessão legislativa anterior. Já tínhamos um PPA em curso, né, o plano plurianual. Esse contrato do hospital é de 2 anos e meio. Então, para quem não sabe, quando a gente tem uma obra, né, que ultrapassa o exercício financeiro, ele tem que entrar no plano plurianual do município. Então, nós tivemos que fazer, refazer o plano plurianual, porque a partir daí nós já tivemos uma modificação na composição econômica e financeira do planejamento do hospital. E isso tem que ser refletido no orçamento, tá? A saúde, e esse orçamento é da saúde, esse aqui é recurso próprio, né? a composição ia

vir do estado, os 35 milhões que não vieram. Então, portanto, vieram só 21 milhões, né? Então, enfim, para quem falou aqui, 50 e poucos milhões é uma mentira. Por isso que eu até falei para os vereadores, uma coisa a pessoa, né, discutir ideias, né? E a gente tá aqui para discutir ideias e construir um futuro melhor para Seropédica. Agora, mentir eu não aceito, né? o que foi falado aqui foi mentira. Então, que o município já teria 51 milhões, etc. Enfim, isso não é verídico. Então, essa recomposição, vamos dizer assim, né? E do planejamento orçamentário e financeiro do hospital, ela foi muito complicada, né? Porque nós tivemos, a gente, né, como eu lembrei aqui, a gente já estava num quadro de abaixo de arrecadação, reduzido, né, a principalmente as transferências constitucionais que reduziram bastante e ainda tivemos que fazer esse replanejamento do planejamento, né, do próprio hospital e para modificar o PPA. Então, demos início contrato, né? Demos início no final aí, como eu falei, 2023. E a gente é surpreendido, vereadora Luciana, com uma suspensão do Tribunal de Contas motivado por duas denúncias acerca da questão do planejamento, justamente do planejamento, né? Então assim, é incrível isso porque assim o Tribunal de Contas, com todo respeito que eu tenho ao TCE, mas sequer ouviu o município, né, ele simplesmente, né, é assim, uma, na verdade, eram duas denúncias com o mesmo teor e uma delas, né, que foi a primeira que chegou ao Tribunal de Contas acerca justamente do planejamento do hospital. O Tribunal de Contas preventivamente, o relator, né, respeita, mas deveria, a meu ver, ter ouvido o município. **Vereador Max Goulart**

(vice-presidente): Senhor Procurador, questão de ordem, o senhor falou que teve duas denúncias. Essas denúncias foram apócrifas ou foram denúncias de alguém que assinou? **Doutor Luiz Fernando (procurador):** a gente não teve acesso, mas enfim, a gente imagina, mas aí eu vou ser responsável, porque, né, enfim, eu acabei de falar aqui em relação a essa, eu não digo nem oposição, porque eu não considero nem oposição, eu considero aproveitadores, né? e eu não vou fazer o mesmo, né? Mas foram apócrifas, mas a gente, né, tem ideia de onde que veio. E infelizmente isso prejudicou muito o município, porque houve essa suspensão, que foi uma suspensão de 4 meses, né? a gente prestou todas as informações. aquilo que eu estou falando aqui, eu falei para o Tribunal de Contas, inclusive acerca do convênio, que o Tribunal de Contas não sabia inclusive do convênio, e mandamos para o Tribunal de Contas a defesa do município, já com a questão, né, relativa, enfim, a gente teve que trabalhar com uma questão muito técnica, né, de empenhamento, né, demonstrar que o empenhamento, né, de todas as fases no ano de 2024, que já está aqui, eu já estou falando de janeiro de 2024, a gente teve que demonstrar que foi, né, que o, enfim, que o hospital já tinha empenho, ou seja, tinha orçamento para todo ano de 2024, como demonstrativo do nosso planejamento, né, orçamentário e financeiro do hospital. Isso claro, o Tribunal de Contas, né, levou tempo, né, a gente, na verdade, só conseguiu solucionar isso com o Tribunal em meados ali de abril, né? foi pelo que eu lembro aqui, foi mais ou menos mês maio de 2024, né? Abril, foi foram 4 meses, né? Então, aí por volta de abril que nós conseguimos,

porque o Tribunal de Contas suspendeu o contrato, entendeu, vereador Max? suspendeu a execução do contrato até que fosse julgado, né? Enfim, foi uma liminar sem ouvir a o município antes. Quando ouviu o município, o tribunal mudou, tanto que foi o processo foi extinto, né? verificou que a gente tinha feito o planejamento correto do hospital e não foi só isso, né? Então vamos lá, só pra gente não se perder na linha do tempo aqui. Então houve essa primeira suspensão e aí essa suspensão também ela tem uma implicação contratual, né? Porque você acaba tendo que fazer depois uma revisão, né, desse contrato, porque você perdeu ali, né, 4 meses, né, então, custo, etc. A empreiteira, né, já tinha feito a mobilização, já tinha iniciado a mobilização, início de 2024. Todas essas questões a gente teve que parar, né? A decisão a gente cumpre, né? Então a decisão do TCE nós cumprimos e esperamos essa decisão acerca da defesa, né, do município, que felizmente saiu, mas saiu após 4 meses. aí e que aconteceu em junho, né? Aí nós temos aqui, eu até anotei aqui para ficar bem claro, se iniciou novamente uma mobilização da obra. Vocês devem ter acompanhado, né, em, né, em meados aí de 2024, onde houve, né, começou aquela questão da terraplanagem toda, para preparar, né, enfim, para fazer as fundações do hospital. E quando a gente é surpreendido, né, novamente, e aí teve assim algumas questões, teve uma denúncia ambiental sobre a questão do canteiro, mas foi resolvida, né, teve uma pequena suspensão ali e aí é uma questão de responsabilidade da empresa relacionada, enfim, aos banheiros, né, aos sanitários que estavam sendo instalados lá do barracão. E também um embargo aí já

foi já um embargo já de uma da concessionária, porque a concessionária, né, aí estou falando aqui da concessionária EcoRioMinas, ela entendeu que, vou até reparar que, a questão dos tapumes, né, a gente teve um problema ali, por eles entenderam que parte daquela do terreno, né, onde seria construído o hospital, avançava a zona de domínio, né, da concessionária. Então, tivemos esse outro problema para resolver, né, em termos da questão do embargo da concessionária. É passado a questão desse embargo da concessionária, e aí a gente já vai para meados já de 2024, né, junho, né, de 2024, houve um reinício realmente da obra, né, e todos viram, a obra estava, né, ganhando o corpo e tudo com as fundações, já ia partir pra parte, né, a gente conseguiu pagar uma primeira, a primeira medição, né, relativa a toda a parte de terraplanagem, etc. E em setembro, né, de 2024, eh, somos, eh, surpreendidos com uma outra questão relacionada à EcoRioMinas, que foi uma tubulação, né, que, antes da obra, na fase de projeto, eles foram, a EcoRioMinas foi oficiada acerca da questão das tubulações da região e eles não, né, informaram no estudo que foi feito no projeto, relacionado ao projeto da obra, não informaram que existia uma passagem, uma tubulação, enfim, de água que passava próximo ali da obra, muito próximo mesmo. E que teria, né, assim, a obra, a questão das fundações, teria uma questão de engenharia aqui, né? Mas enfim, eu sei isso bem porque eu dei parecer sobre isso, né, no processo e, os engenheiros concluíram que deveria haver uma readequação ali, ou a EcoRioMinas, ela faria uma remodelagem, né, uma transposição daquela tubulação para

outro local, né, que a obra não pudesse afetar ou uma remodelação do próprio projeto da obra, tá? Isso tudo está documentado, né? Enfim, a gente presta informações, né? como eu falei aqui, né? O próprio Tribunal de Contas ele continua, né? que esse processo, na verdade, ele foi arquivado, mas o Tribunal de Contas, o processo da suspensão inicial, ele foi arquivado, mas o Tribunal de Contas, né, falou que ia continuar fiscalizando a execução do contrato e o Ministério Público também, né, que fiscaliza, né, todas as políticas públicas municipais. Então, a gente sempre presta informações, está tudo documentado. E essa questão relacionada à concessionária, né, essa agora já num grau mais elevado de gravidade, porque afeta, acabou afetando o próprio projeto, né, do hospital. Foi, enfim, foi a empresa, né, a empreiteira vencedora do contrato, ela informou a Secretaria de Obras, a Secretaria de Obras avaliou e comunicou a concessionária, né? Eu estou falando aqui sobre tudo é público, tudo é verificável, né? É transparência total. Então, é só verificar na EcoRioMinas, né? Lá quem tiver dúvida, né? E a concessionária deu 6 meses para solucionar o problema. Vamos lembrar aqui na linha temporal, a gente está aqui em setembro, né, mais ou menos setembro de 2024, né, e quando a obra vocês, né, estavam vendo, estava andando, a obra estava evoluindo e tivemos que parar, né, a obra porque é uma questão, né, enfim, imagina se tem uma intercorrência ali nas fundações, que já ia começar as fundações, né, bater estaca, significa bater estaca e poderia ter afetado a tubulação muito antiga, como é aqui em Seropédica, né, em geral, tubulação muito antiga de água e aquilo

poderia ser um, né, enfim, um acidente que ia ter um desabastecimento até e de água em Seropédica em razão, imagina, né, em razão da obra do hospital. Então se paralisou, né, teve uma decisão administrativa de paralisação em razão disso para aguardar a solução. A concessionária que é responsável, a gente não pode intervir ali. Até sugerimos isso, né, que poderia ser feita um auxílio, né, para fazer a intervenção e a concessionária negou e nós tivemos que aguardar 6 meses para essa solução. Essa solução não veio. Depois dos 6 meses, a concessionária simplesmente ficou silente, não falou nada. E evidentemente o município teve que recomeçar, né? Enfim, recomeçar praticamente do zero, né? Porque aí, enfim, outras decorrências ocorreram depois disso, né? Houve até um furto lá do canteiro, enfim, está registrado isso, né? como a EcoRioMinas ela não solucionou o problema, a gente teve que fazer um estudo para ver como que se resolvia, é o estudo de engenharia, né, para ver como se resolvia aquela questão ali. E isso, né, enfim, demorou algum tempo, né, vou entrar aqui precisamente, mas demorou algum tempo, que é estudo de engenharia. E aí houve essa suspensão, né, em razão da desse estudo que teria que ser feito para que a obra continuasse. Chegamos a esse a esse ponto, né? E claro, né, o que é mais importante aqui, assim, nós até tivemos reuniões, bem recentes, né, com a com a Secretaria de Saúde, até com a Secretaria de Obras, porque eu dei até parecer sobre isso, essas paralisações e suspensões na execução do contrato, elas evidentemente afetam o contrato, né? Então, nós estamos numa agora, né, e não é fácil de fazer

isso, tá? está fazendo uma revisão do contrato, né? Porque a gente vai ter que fazer uma revisão do contrato para colocar justamente fazer o replanejamento, né? Porque vamos lembrar que a Câmara vai votar agora até 31 de dezembro a LOA e o PPA, o novo PPA, né? Primeiro ano de gestão vota PPA. Nós para incluirmos, né, novamente, dar legalidade ao planejamento orçamentário e financeiro da obra do hospital, nós temos que ter um novo cronograma físico-financeiro, né? Porque essas suspensões, e aí não estou falando aqui porque assim, o pessoal fala: "Ah, a obra e fala da primeira gestão, do primeiro ano de gestão do professor Lucas, não? Até desde 2021 está atrasada a obra. Como assim? o contrato é o contrato de final de 2023, né? Então assim, são, mas enfim, e aí assim, o que que nós temos de fato? houve, né, uma remobilização, nós autorizamos, né, autorizamos, isso é possível fazer juridicamente, nós autorizamos que a empresa, a empreiteira, remobilizasse novamente o canteiro de obra, etc., para dar condições para execução desse contrato. E nós estamos finalizando agora, né, o novo cronograma físico - financeiro da obra. Por isso que ainda não tem a placa, tá entendendo? Que é muito fácil chegar aqui, falar como eu vi aqui, né? Uma pessoa que nunca né? Enfim, eu nem conhecia, né? essa pessoa eu nem conhecia. Falar que eu vi aqui, mas porque não tem placa? por que que não tem placa? Eu estou explicando aqui. Por conta da emergência e recomposição do planejamento orçamentário e financeiro da obra, né? Então nós temos que ter o novo cronograma físico - financeiro e vereador Max, vereador Neizinho, todos os vereadores, a nossa realidade é

diferente da de 2023. Nossa realidade hoje é outra, diferente da assinatura do contrato. Por isso que existe a possibilidade da revisão do contrato. E aí nós temos que reenquadrar esse planejamento orçamentário e financeiro, uma obra que ultrapassa o exercício financeiro do PPA e na lei orçamentária anual. E para isso eu preciso do novo cronograma físico e financeiro da obra. Então nós estamos finalizando isso até para mandar para a Câmara, né, essa as mensagens aditivas da Lua e do PPA, né, porque aí tem que ser os dois, né, uma obra, né, que ultrapassa o exercício financeiro, como eu falei, para que a gente dê a legalidade, né, enfim, recomponha inclusive o aspecto orçamentário e financeiro do planejamento dessa obra que teve intercorrências, como eu falei aqui, supervenientes e imprevisíveis, né? Como é que a gente vai imaginar que vai haver uma denúncia, por exemplo, Tribunal de Contas vai suspender por 4 meses? 4 meses? Tivemos todos os cuidados para que isso não ocorresse de forma liminar. Como é que a gente vai imaginar que ainda que tenha havido e houve, né, a sondagem anterior, né, a ali no terreno, a sondagem é uma aproximação, é uma, você não consegue fazer a sondagem de tudo no terreno. E essa e essa tubulação da concessionária, ela era uma tubulação que estava escondida, né? a própria concessionária não informou, né, pra gente, né, para no caso, né, pra empresa que foi contratada para fazer o projeto, né, tivemos até uma tratativa, né, de posterior na execução, porque tinha uma garantia, né, e essa e essa atualização do projeto, ela não vai custar nada pros cofres públicos, porque a tá dentro de uma garantia, né, do projeto. Então assim, são

questões que a população não sabe, vereadora Luciana, a população não sabe disso, né? E assim, a gente não consegue, infelizmente ainda assim, a gente, né, fazendo até uma autocrítica, a gente tem que melhorar assim nossa comunicação, né? a gente tem que melhorar a nossa comunicação, porque essas questões, claro, eu estou falando aqui de uma forma muito técnica, eu estou falando, né, também para os vereadores, mas a gente tem que traduzir isso pra população para evitar até as falácias, né, as mentiras que a gente tem ouvido na rua, né, e absolutamente inverídicas, né, a todo momento foi uma luta, né, o hospital né, imagina se o professor Lucas não quer hospital em Seropédica, até eu isso ouvi, né? Então, assim, a gente tem realmente melhorar isso. E eu até agradeço novamente aqui a Câmara, que eu acho que é muito bom, né, esse espaço que a Câmara está dando aos secretários, ao próprio procurador geral, para explicar a população essas intercorrências, né? a gente tem muitas questões que a gente não consegue colocar pra população de forma clara, até porque são questões, eu entendo, são muito técnicas e aí os aproveitadores, né, como o próprio nome diz, acabam se aproveitando disso, né? Então essa é a história do hospital, o estado atual, né, para dizer que a gente veio aqui e não falou, não tem previsão. Nós estamos, já falei antes, vou repetir, né, acertando, né, o cronograma físico -financeiro da obra, porque aí são vários atores que atuam, né, nesse planejamento, tem a fazenda, tem a controladoria, esse planejamento orçamentário e financeiro, porque não adianta também ser responsável, né? E aí por isso que as obras param, porque às vezes a obra para não é nem pelo

financeiro, mas é pelo orçamentário, né? Então, nós temos que ter essa responsabilidade. Mas vocês já estão vendo que já demos o reinício, né, de uma etapa que foi da mobilização. mobilização, eles já estão, né, tá fazendo toda aquela parte relacionada à preparação para as fundações, mas ainda não está começando a bater estaca, porque até a procuradoria, opinei, né, para aguardar esse redimensionamento do cronograma físico-financeiro para as outras medições já virem dentro do planejamento orçamentário novo, tá? E destacar isso, né, todas essas questões, a prefeitura não teve culpa disso, né? tanto assim que, tanto assim que não houve mais decisões nesse sentido, né? E a gente sabe que tem mais denúncia lá, né? Mas como a gente vem demonstrando pro TCE que a gente tomou a iniciativa de começar a informar o TCE de forma regularmente, exatamente para que não se repita uma decisão que a meu ver foi equivocada, né, que se mostrou até equivocada, em relação à suspensão, aquela lá do início, né, que o TCE suspendeu o contrato de início sem ouvir primeiro o município. Então assim, e eu acho que são em linhas gerais, vereador Nando, vereadora Paula Quintanilha, são em linhas gerais. E eu não vou, né, me estender muito aqui porque existe, claro que existe mais outras questões aqui de ordem técnica, né, que a gente poderia falar, mas eu não vou me estender mais e vou, né, enfim, vou retornar a palavra à presidência e para que os vereadores também possam nos indagar sobre qualquer tipo de questão, tá bom? Muito obrigado. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** muito obrigado, Dr. Luiz Fernando. O senhor falou um tema muito central, quem não se

comunica se trumbica, né? talvez muita informação que criou assim uma estabilidade, problemas na cidade poderiam ter sido evitadas se a comunicação tivesse explicando tanto pra Câmara, tanto pra população o porquê de estar acontecendo aquilo. Que o senhor possa transmitir uma ao prefeito lá que fizesse uma reunião com a secretaria da pasta lá. comunicação para poder, né, melhorar essa comunicação para evitar esses transtornos entre a população, legislativo e o executivo. Algum vereador gostaria de fazer uso da palavra, perguntar alguma coisa? **Vereador Sizenando Paixão:** gostaria, presidente. Bom dia, presidente. Bom dia, vereadores, bom dia aos presentes e a todos que nos assistem ainda pela rede social. Quero iniciar minha fala primeiramente agradecendo a presença do nosso procurador do município, Dr. Luiz Fernando, também parabenizá-lo pela explanação e dizer que se fez importante, procurador, em razão que já foi dito aqui, das falácias que têm sido profanadas na rede social, e isso, infelizmente, chega aos ouvidos das pessoas que acabam tomando aquilo como verdade. Essa explanação inclusive, procurador, nós já tínhamos falado que qualquer dúvida podia procurar a Câmara de Vereadores. Eu deixei o gabinete da comissão de finanças e orçamento, a sala, deixei à disposição para quem tivesse alguma dúvida, procurasse qualquer um dos membros que é o Sidnei Coutinho, a Luciana, bem como também a comissão de constituição e justiça, né, que a presidência do Max procurasse que tivesse alguma informação, quisesse saber, mas ninguém veio procurar. Isso eu disse no início da sua fala que também na procuradoria também

ninguém foi, né, procurar informações, né, a respeito. Sabemos que o processo o processo e que envolve essa cooperação entre estado, governo federal e município, ele é um processo que ele tem que ser feito com muito cuidado, né? planejamento desde o início tem que ser com muito cuidado, porque pode causar a interrupção da obra e até a paralisação definitiva, né? Então, a gente não precisa fazer as coisas com pressa para fazer de qualquer maneira, tem que ser feito dentro da legalidade. E chamou até atenção aqui porque na falácia que teve aqui na oportunidade que nós abrimos aqui para democraticamente para a população, né? caso quisesse falar. E também na rede social disseram o seguinte, que os 69 milhões já tinha sumido, já tinha sido gasto, o que não é verdade. Nós já sabíamos disso, né? Por isso que nós pedimos a presença do procurador aqui na Câmara. Na verdade, sim. inicialmente, na época 69 milhões, o estado aportaria 35 milhões e a prefeitura, a prefeitura arcaria com uns 34 milhões restantes. E a realidade é totalmente diferente agora porque nós já falamos aqui também, nós tivemos problemas com arrecadação, o fundo de participação do município 2023, 2022 para 2023, o que era repassado normalmente uma média de 9 milhões, 10 milhões caiu para 1 milhão e oitocentos, por aí, se eu não me engano, não chegou a 2 milhões, teve essa queda. Se você faz um planejamento com determinado valor, a previsão de arrecadação e essa arrecadação cai, claro que com certeza algum setor que tinha verba destinada vai ser prejudicado. Isso é óbvio. Então, quando também o estado também passando dificuldades, recuperação fiscal, então são várias coisas que

trouxeram esse transtorno aí para o bom andamento do hospital dessa obra. Mas tá caminhando, tá sendo feita a coisa certa. Votaremos, o PPA e a lei orçamentária, né, PPA para os próximos 4 anos e a lei orçamentária para o ano que vem. Justamente já com a resolução, né, desse problema aí em relação a mudar o exercício financeiro. Quer dizer, não tá tendo entrave nenhum entre o executivo e o legislativo. É que o andamento tem que ser feito da forma correta. Quem tiver alguma dúvida, já falei, vai falar novamente, pode procurar o gabinete, fala com o vereador, procura qualquer gabinete aqui, mas o meu gabinete tá aberto ali, comissão de finança, e orçamento. E o que eu não souber explicar, eu vou ter humildade de procurar o executivo, conversar com o Dr. Luiz Fernando, que sempre nos atendeu muito bem, procurar o esclarecimento e passar a vocês, aos senhores, tá? Então, meu amigo, considero o senhor como meu ciclo de amizade, procurador do município, já foi procurador aqui da Câmara, bastante competência, agradeço imensamente o seu comparecimento, né, foi esclarecedor, né? Espero que essa fala que o senhor explanou aqui, as pessoas entendam, né? concordo que tem que ser cobrado sim, mas vamos fazer de forma justa, né? Não de forma leviana, porque isso aí engana a população. A população não quer saber disso mais. A população quer resultado e a gente procura dar o resultado, procura fazer as coisas e se tiver é assim, tem dia, tá chovendo, ah, hoje tá chovendo, tá ruim, reclamo, tá sol, ah, tá sol, tá, tá frio. Quer dizer, nada, nada tá bom. A gente sabe das dificuldades do município, do estado, do governo federal. Essa agora vou

até um tema rapidinho aqui que eu vou entrar. O governo do estado agora teve que entrar no Rio Previdência para buscar recurso no Rio Previdência. Está tendo que vender imóveis também. Está tendo que vender imóveis. O governo do estado, olha só, muito mais rico que o município de Seropédica, arrecadação muito maior. Governo federal também não é diferente, já diminui ver para as universidades, ninguém tá falando nada disso, mas vamos nos atermos aqui ao nosso ao nosso tema e obrigado presidente pela oportunidade. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** muito obrigada, vereador Nando Paixão. Com a palavra a vereadora Luciana Alves. **Vereadora Luciana Alves(segunda-secretária):** mais uma vez, bom dia a todos. Bom dia, Dr. Luiz Fernando, procurador. Cumprimentando a Dra. Edilane, secretária de suprimento, cumprimento todas as mulheres presentes. Doutor, nós sabemos que a paralisação inicial do TCE foi a partir de uma denúncia da oposição ao governo que acarretou na paralisação inicial às obras, como uma denúncia com motivação política, paralisa uma obra que é de essencial para a população. Aí nós vamos falar aqui que eu quero parar um governo, mas parando um governo você vai parar uma cidade. Então como é que uma oposição que se levanta a poder do funcionário, a favor do funcionário e outras coisas, se levanta também contra uma obra tão importante? Porque nós temos a ciência que hoje a nossa cidade depende de Itaguaí e muitas vezes não são atendidos quando diz que é da cidade de Seropédica. Mais de 60%, mais de 60%, né? Mais 60% são atendidos na UPA, não são de Seropédica. Então, doutor, fica a minha

pergunta aqui pro senhor. Como é que um cunho desse tem o poder de parar uma obra na saúde tão importante para uma cidade e que ao mesmo tempo diz que quer o bem da nossa cidade? Eu falo uma coisa aqui e muita gente fala que eu sou muito polêmica, tá, doutor? Ah, Luciana, é polêmica. Não, eu sou verdadeira. Eu falo a verdade. Existe diferença. Eu costumo dizer que quem fica em cima do muro é gato, ele ganha pedrada. E eu nunca vi ninguém que não se posiciona ter sucesso na vida. E eu sempre me posicionei nessa casa. E eu sempre falei que eu sou uma pessoa de direita, por mais, a gente tem tantos eleitores de esquerda, mas eu sou de direita, não sou contra os eleitores e não estou falando de Bolsonaro ou Lula, estou falando o certo e o errado. Então eu quero falar pra população hoje, doutor, que o senhor veio aqui esclarecer porque duas vezes nós tivemos a obra parada, né, por denúncias, denúncias de pessoas que sabemos que é oposição ou governo e que se diz preocupado com a cidade Seropédica. Eu vou falar para vocês, eu sou vereadora aqui, estou, né, no segundo mandato e vou brigar lutar para que Seropédica cresça, mas da forma correta. Eu costumo dizer que oposição, a gente sabe como é que funciona, né, doutor? Ela só tem um objetivo, porque essa meia dúzia da oposição que se diz aí que arrebenta o governo e essa casa tivesse preocupado mesmo, não fazia propostas direcionadas a si próprio. Então eu acho que a gente tem que ter atitude, a gente tem que te cobrar sim, igual nós estamos cobrando. Tanto é que o Dr. Luiz Fernando está aqui para esclarecer a população porque a população não tinha ciência de tantas perdas que teve no governo. Nós perdemos

valores de dinheiro, o governo do estado, o governo federal, repasses, isso atrasa muito uma obra. Quando alguém para mim, doutor, fala assim: "Ah, aquela obra lá". Porque existem pessoas que estão dando ouvido algumas outras pessoas que só querem o mal da cidade, porque quem quer o bem não trabalha dessa forma. Aí fala assim: "Aquele obra pequeninha. Eu falo, são 150 leitos. E o doutor aqui acabou de confirmar que é uma obra com 150 leitos. Gente, para uma cidade o porte é grande do hospital. E eu tenho fé em Deus e certeza, doutor, que o hospital vai sair, sim, que nós vamos concluir, que ao invés de ficar torcendo para que não aconteça, para derrotar um governo, que some com o governo, que vá buscar o que a gente precisa, que nos ajude, porque a gente precisa de ajuda, né, doutor, a gente tem que nos unir, né? **Doutor Luiz Fernando (procurador):** vereadora, e que eu acho interessante que essas pessoas, como eu falei aqui, que eu não considero nem oposição, elas se dizem democráticas, né, enfim, se dizem, né, enfim, até conhecedoras da administração pública. E pode até ser mesmo, né? A gente tem nenhuma vaidade quanto a isso, né? mas por que não chamam a gente para conversar, Nezinho? Vereador Nei, chama para a live também. Eu vou, pô. Eu já deixo aqui, minha disposição. Me chama pra live, pô. Chama pra live, beleza? Me chama pra live, porque você falar para quem não sabe, né, a população é muito fácil. Me chama pra live, pô, eu irei em condições de igualdade, não é? Não é para cortar minha palavra não, mas me chama para a live que eu já estou deixando aqui, deixando aqui essa disposição da procuradoria geral, porque a

gente tem nada a esconder, vereador. Quando a gente não tem nada a esconder, a gente não tem que ter medo, não é? Agora, não chama por quê? Porque fala que é corrupto, fala que é isso, fala que é aquilo. A gente está tomando providência quanto a isso já, tá? Deixar bem claro, né? Porque a gente não vem aqui para falar. Acabei, né, de falar aqui com o vereador Max, a denúncia é apócrifa. A gente sabe de onde é que veio, nós sabemos de onde é que veio, mas a gente não fala porque a gente é responsável e a gente não acusa sem prova. Isso é estado de direito, né? Então, para o advogado, dito advogado tá falando aí, né? Enfim, rodando como um herói, né? todo mundo vira herói agora, Cebolinha, né? todo mundo é herói que vai salvar, né? Enfim, na democracia eu entendo particularmente que não existe heróis, né? existe uma representação aqui do povo, né, que tá aqui muito bem representado pelo pela Câmara Municipal. E existe o poder executivo que advém de um gestor que advém de um mandato, de uma legitimidade democrática. Então assim, falar é muito fácil, não é? Como dizem, né? Falar é muito fácil e falar para quem não sabe é mais fácil ainda. Então eu deixo aqui, vou repetir aqui para todos, né? Eu faço assim, eu já me coloco à disposição, me chamo a pra live para um debate honesto sobre as questões, porque aí, vereador é construtivo, porque pode existir questões realmente que a administração é complexa. Eu não falei aqui, eu nem entrei, vocês observaram, eu nem entrei aqui no endividamento público, no pagamento. Eu convido até, né, o advogado que deve saber acessar, vereador Max, acredito que sim, acesse o site do tribunal para ver a

certidão do município de irregularidade de pagamento de precatório que saiu agora, que é o município que paga precatório, por que que eu estou dizendo isso, né? É, ah, é obrigação do município pagar, mas nunca pagou. Nunca pagou. O município nunca pagou precatório, né? Foi até objeto de uma reunião que eu tive com o Ministério Público agora. Eu falei isso com a promotora. Mas doutora, o município nunca pagou precatório, né? Então assim, o todos os precários que a gente vem pagando, que impacta o orçamento financeiro, né, que o precatório você paga por recurso próprio, você não paga com transferência constitucional, não, recurso próprio do município, tá? Então toda toda esse toda o precatório que a gente vem pagando são de administrações passadas. A gente tá pagando o precatório lá do governo Martinazzo, para vocês terem ideia, não entrou nem no governo Anabal, imagina quando entrar, né, que não respeitava direito trabalhista nenhum, né? Então assim, eu falo isso com muita propriedade, porque a gente tá preste para ingressar com algumas ações, inclusive o Supremo, né, confirmou a legitimidade da procuradoria geral do município de ingressar com ação de improbidade em relação ao dano ao erário, né? Ah, então assim, o que foi cometido de danos ao erário para trás é um absurdo, né? Só que uma continuidade da administração, princípio da continuidade da administração, nós herdamos não só a questão de precatório, essa Câmara mesmo aprovou o parcelamento, né, da dívida, né, estratosférica, eu diria assim, da do regime de previdência, o próprio Seroprevi, o regime próprio e o regime privado. Porque o que acontecia?

Só para dar uma explicação rápida sobre isso, que é importante aproveitar esse espaço aqui, a não havia fiscalização nas terceirizações. Então, as reclamações trabalhistas das terceirizações das gestões anteriores, todas as reclamações trabalhistas estão vindo com procedência das reclamações e a gente acaba pagando, entendeu? Então, princípio da continuidade, isso tudo impacta, né? Enfim, várias questões aqui que a gente poderia falar, mas não vou me estender. É até objeto aí para debates aí futuros, né? os vereadores quiserem que eu venha estarei sempre presente aqui, sem sombra de dúvida. Mas é muito é muito fácil, entendeu, vereador? Vou retomar, desculpa só o aparte, mas eu tive que te entrar nessa, né, nesse tema. Obrigado. **Vereadora Luciana Alves (segunda- secretária):** doutor? Então, esclarecendo, só veio até agora 21 milhões em conta. É isso? e 14. O convênio do estado ainda nada? **Doutor Luiz Fernando (procurador):** até esclarecer aqui, pegar até uma questão que o vereador Nando colocou em relação. Ah porque o dinheiro foi gasto e tal. Como é que o dinheiro foi gasto se ele só pode ser gasto mediante medição, né? E isso é um controle que se faz aqui. Nós temos assim, na verdade, esse contrato, esse convênio, ele é fiscalizado pelo controle interno, né, do próprio município. Ele é fiscalizado pelo controle, né, controle geral do Estado a controladoria geral do estado. E ele é fiscalizado pelo TCE, como eu falei, acabei de falar aqui, e é fiscalizado pelo Ministério Público, né? Então assim, se a gente fosse mágico né, se a gente, né, para a gente não, né, não ter algum tipo de responsabilização até agora pelo

tempo contratual. E por isso que eu falo assim, as pessoas não sabem disso. E é muito importante esse espaço aqui, porque acaba assim, o vereador Nando falou, primeiro já erra o valor, né, já coloca o valor, né? O valor não é esse, acabei de falar aqui isto está tudo dentro do processo, né? foram 21 milhões a serem aplicados na forma do convênio. Essa na forma do convênio, é o quê, vereadora Luciana Alves? na forma das medições, evidentemente, não é? Então assim, foi gasto pouco dinheiro, porque teve pouca medição, não começou a fazer bater estaca ainda das fundações, entendeu? Então assim, é são, né, como foi falado aqui, são falácias, tá? E só reiterar isso que é a ideia que me veio aqui agora, estou à disposição, pode me chamar. E eu tenho certeza que qualquer vereador que tá à disposição também pode chamar, pô, para um debate honesto, um debate honesto sobre política pública em Seropédica. Eu já tive isso, já fui numa live, foi muito produtivo até com o presidente que se reelegeu, o Dr. Ramon, presidente da OAB, mas falar, fazer live, né? Fazer live só para contar mentira e caluniar os outros é muito fácil, tá? Desculpa, mas é aqui em tão desabafo e de um alto desagravo. também, tá? Obrigado. **Vereadora Luciana Alves (segunda- secretária):** muito obrigado, Dr. Luiz Fernando. Foi bom o senhor ter esclarecido, né? Porque a ventilação aí nas ruas é que o dinheiro foi gasto. Então é muito importante o senhor estar aqui conosco e o povo está vendo essa sessão que está sendo gravado para ter noção que essa casa está cobrando, essa casa está trabalhando e que a procuradoria está inteira dispor dessa casa. Muito obrigada. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** com a

palavra a vereadora Paula Quintanilha. **Vereadora Paula Quintanilha:**
Bom dia a todos. Bom dia, nobres vereadores. Bom dia, nosso procurador Luís Fernando. Desculpa, eu estou um pouquinho rouca, mas eu queria agradecer a sua presença aqui nessa casa, trazendo essas informações tão relevantes que é de interesse de toda a cidade de Seropédica, esclarecendo pra população a realidade dos fatos sobre esse hospital que é um sonho de todos nós. Eu acredito que todos que estão aqui presentes anseiam em ver essa obra tão importante que vai ser um grande legado pra cidade Seropédica entregue. E aqui a gente conseguiu entender as dificuldades que foram enfrentadas no decorrer do caminho. E eu fiquei com uma dúvida e vou pedir ao senhor que possa me informar a respeito da revisão que vai precisar ser feita. Essa revisão, ela concerne apenas ao cronograma da obra que vai ser reestabelecido ou o contrato vai precisar ser revisto. E essa revisão do cronograma é o que vai, no caso, integrar o novo PPA. Seria isso? **Doutor Luiz Fernando (procurador):** Exato. É, então vamos lá. Agradecer até pela pergunta, vereadora, que é isso realmente é uma questão mais técnica, mas tem que ser esclarecido, exatamente para que não haja, enfim, essas falácias, enfim, essas especulações, né, eu diria, sobre a questão do hospital. Então, o cronograma físico -financeiro, quando assim, existem alguns fatos durante a execução do contrato, tá? Isso aí faz parte do risco contratual, tá? tanto que hoje a nova lei de licitações, ela estabelece até uma matriz de risco, exatamente para tentar evitar, já dar uma solução prévia a essas intercorrentes que podem existir, né? e Seropédica em

particular tem um problema muito grande com a questão das fundações. Tanto é assim que, só para dar um exemplo, a obra do Tribunal de Justiça, a gente tá nessa luta aí também até dessa informação também, que a gente está numa luta grande pelo novo fórum, né, aqui em Seropédica, porque que vai dar maiores condições para todos, né, para o cidadão principalmente. É, o Tribunal de Justiça chegou a comprar um terreno, né? E vocês acham que o Tribunal de Justiça não tem assessoria e não tem serviço de engenharia? Tem de engenharia. Fizeram a sondagem no terreno que foi comprado, né? Terreno até próximo aonde ali atualmente é o fórum. E quando foi bater estaca, se verificou que a obra das fundações, ela importaria num gasto quase igual da construção, né? Para você ter uma ideia, né? A gente desde janeiro, né, desse ano, vereadora Paula Quintanilha, a gente se reuniu até com a presidência da presidente da ordem, Dra. Ana Teresa, e a gente teve informações oficiais, né, até da presidência mesmo do tribunal. Eh, nesse sentido, então, é assim, são fatos realmente que acabam acontecendo de ordem muitas vezes imprevisível, tá? o caso fortuito, até força maior, que acabam impactando a execução, né, do contrato. No caso específico do hospital, nós tivemos paralisações e suspensões. São duas coisas diferentes, né? uma suspensão, vamos dizer, por um fato menos gravoso em que você tem uma previsão, tá, do reinício, né? Então, por exemplo, a questão a do furto, né, que ocorreu no canteiro, enfim, teve que suspender porque acabou que foram furtados instrumentos, né, da própria utilizados na construção, mas já tinha um prazo, né, um prazo para

reinício. A questão da paralisação, por sua vez, são fatos que são mais graves, né? Como, por exemplo, esse fato que, infelizmente, ocorreu da questão relacionada à concessionária dessa tubulação que passava ali, enfim, numa área que seria de construção, acho que é do salvo engano, do estacionamento e uma outra parte do hospital. E aí foi paralisado porque a gente não tem uma previsão certa de retomada, porque, enfim, a gente estava até aguardando o posicionamento da concessionária, que deu lá o prazo máximo de 6 meses e acabou não ocorrendo. Então, esses fatos eles repercutem na parte contratual, tá? Por quê? E claro, né, no prazo, primeiramente no prazo, né, você tem um prazo para evidente, né, um prazo, um prazo que no caso aqui eram, são 30 meses, 2 anos e meio, né, dá 2 anos e meio. E você ter uma suspensão de 4 meses, você já impactou o prazo inicial do contrato decorrente dessas suspensões no caso dessas suspensões e paralisações, esses fatos acabam tendo que ter um reflexo no cronograma físico- financeiro do contrato. Esse reflexo, o cronograma financeiro, pode resultar numa revisão mais ampla até do contrato no sentido não só do prolongamento do prazo, como também do valor até, não é? Vamos imaginar que houve, né, naquele período um aumento, né, de algum material, né, que foi orçado, né, para a obra. E isso não é culpa, né, não é culpa da empresa, né? se for culpa da empresa, ela tem que assumir a culpa, né, o esse ônus, né, enfim, que não foi o caso, né, nenhuma dessas questões aqui que foram colocados, tiveram, a gente até tem um, né, procedimento para isso. Algumas outras obras aqui, né, de Seropédica houve culpa da empresa, né, a gente estava até

discutindo na procuradoria lá uma questão também da saúde ontem sobre isso, que aí é culpa da empresa mesmo, mas no nesse caso não foi. Então essa esses fatos eles acabam eles acabam repercutindo nesse cronograma físico e dependendo, né, dependendo da gravidade e aí de condições de mercado, etc., né, que são fatores externos, mas que influenciam naquele contrato, que o contrato é o retrato daquele momento, né? E aí existe, claro, existe a previsão contratual, daí havia a previsão de um reajuste, né, fixo, né, que uma coisa é reajuste, né, e uma coisa é revisão. A revisão é mudança realmente da equação. É, a gente vai estabelecer um reequilíbrio da equação econômico financeira do contrato. O reajuste, ele recompõe só o valor, né, tem um impacto, né, para manter esse equilíbrio econômico financeiro. Só que quando você tem um fato realmente muito grave, você tem que fazer uma revisão contratual. E aí é o caso exatamente do hospital, né, que a gente colocou aqui. São foram fatos, né, numa na intercorrência que ocorreram na intercorrência da execução já contratual e que acabara por repercutir nesse cronograma físico financeiro. E é exatamente esse ponto que nós estamos, né, porque aí precisa de vários atores. Eu não, eu não. A procuradoria, por exemplo, ela vai fazer a o controle de legalidade dessa revisão, mas as informações a cerca, por exemplo, dos custos, enfim, até do tempo contratual, elas têm que vir de um estudo, desculpa, elas têm que vir de um estudo já mais técnico da parte de engenharia, né? Então, vai dizer pra procuradoria, olha só, e fazer essa composição, porque aí deverá haver um termo aditivo, né? Isso no final das contas vai ser instrumentalizado

num termo aditivo revisional do contrato e aí vai são vão ser equacionadas todas essas questões, o cronograma físico financeiro e enfim pode até haver alteração do valor, né? A gente está tentando até que isso não ocorra, né? Pela questão, né? Da insuficiência que a gente já colocou por todos sabidos. Então é justamente isso. A vereadora está correta. Esses fatos eles acabam alterando, né, toda e aí tem um impacto exatamente no planejamento, né, a gente tá aqui administração pública, então tudo eu tenho que ter um respaldo orçamentário e financeiro. Então se alterou o cronograma físico e financeiro, eu tenho que ter o reflexo disso na lei orçamentária anual e no PPA, entendeu? Então por isso que a gente vai mandar essas mensagens aditivas, né, aqui à Câmara para que sejam votadas já para o exercício de 2024 já com essas alterações, tá? Mas é isso, **Vereadora Paula Quintanilha**: doutor, e ficou evidenciado aqui que todos esses atrasos e agora ficou muito bem explicado, se deram por fatores externos. Não se tratou de desequilíbrio financeiro, apesar da gente ter conhecimento da dificuldade que não só o município de Seropédica vem enfrentando, mas todos os municípios do estado do Rio de Janeiro e eu poderia dizer até do Brasil com cortes de repasse de verbas e as informações que a gente já tratou por diversas vezes aqui, apesar da gente ter consciência dessa dificuldade que o município vem enfrentando, esses atrasos se deram por interferências externas, então, denúncias de cunho político, furto, como o senhor citou no canteiro de obra, a tubulação da Rio+ , atravessando ali o terreno, um complicador que não se esperava. Então, o meu sentimento e acredito que o

sentimento dessa casa é que vencido todos esses problemas que nos atravessaram no caminho, que a partir de agora a gente consiga ver ali de fato o hospital surgir, né, e ser concluído e que dentro do cronograma aí que vai ser estabelecido, a gente possa no futuro próximo ter essa grande conquista pro município de Seropédica. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** muito obrigada, vereadora Paula Quintanilha, vereador Cebolinha que fazer alguma pergunta, tirar alguma dúvida. Vereador Igor, vereador Nezinho. Com a palavra o vereador Nezinho. **Vereador Sidnei Perrut (primeiro- secretário):** bom dia, novamente, nobre presidente. Hoje em exercício Max Goulart, nobres vereadores aqui presentes, todos que nos assistem pelas redes sociais e presencialmente. Primeiro quero agradecer aqui a presença do nosso ilustre procurador, meu amigo particular, que tive o prazer de conhecer até antes da política e hoje procurador geral da nossa cidade. Presença também da nossa secretária Edilane e a todos aqui presentes. Luiz Fernando, quero primeiro te agradecer por toda a tua explanação aqui em relação ao nosso hospital, que é um tema muito importante, né? é um projeto que é um sonho para a nossa cidade. A gente vem acompanhando desde o início, desde o início do desenvolvimento desse projeto. Fico triste por conta de pessoas que assim só pensam em política e não pensam na população que fizeram com que travasse, né, presidente? esse nosso projeto do hospital pôr em dois momentos, mas são pessoas que, tipo assim, para mim, meu pensamento, acredito que dos nobres vereadores aqui também não influenciam em nada, como o senhor falou, sabe? Só fizeram com que

paralisasse um sonho de todos os moradores de Seropédica, né? É um sonho que a gente está vendo mais próximo, que eu tenho certeza que vai acontecer. Mas que tipo assim, a gente fica muito triste com isso, mas eu tenho certeza que vai acontecer. Essa casa legislativa vem acompanhando desde o início, desde o final de 2023, todo o processo, entendeu? quero agradecer ao senhor e ao prefeito professor Lucas por todas as informações que foram pedidas pelos vereadores, foram dadas a nós, pela presença do senhor aqui hoje, tá? queria fazer uma pergunta para o senhor. Essa parte da fundação do estudo do uso do solo é, eu vou fazer essa pergunta, ô Fernando, porque eu acompanhei à época a parte lá do terreno que é próximo da minha casa, do Tribunal de Justiça, e algumas pessoas na época me explicaram o motivo pelo qual não ainda não foi construído. Então, o estudo do solo ali da do nosso hospital já foi feito? **Doutor Luiz Fernando (procurador):** já foi feito. É como eu falei, vereador Neizinho, primeiramente até, né, essa amizade, esse sentimento de amizade é recíproco, né, realmente a gente tem uma relação já antiga de amizade, né? Então, primeiro dizer e declarar isso. Então foi feito sim porque, como eu falei antes, houve duas etapas, né, para o hospital, né? primeira etapa da licitação do projeto. E aí quando foi feito o projeto, evidentemente foi feita a o estudo de sondagem. Eu lembro, meu pai é engenheiro, né? Eu me assessoro com meu pai, meu pai engenheiro civil, né? Então, nessas questões de obra eu sempre o consulto. E eu tive uma preocupação especial sobre essa questão da sondagem, porque eu já

sabia da problemática até por ocasião da questão do projeto do Tribunal de Justiça do Fórum. Nós tivemos outras intercorrências de sondagem também em outras obras do município. Vou dar um exemplo. Aquela obra, aquela questão do Tic Tita, aquele do morrinho, né, que o Tic Tita. Por exemplo, fizemos a desapropriação que ali, né, a gente já tem um projeto pronto do mercado popular para organizar o centro urbano, né, de Seropédica e, enfim, até com verba da união, da Caixa Econômica Federal. E ali também passa um cano, né? Até às vezes eu brinco que o problema de Seropédica é cano, porque tem cano para tudo quanto é lugar. É um problema que a própria concessionária está enfrentando agora, porque a não sabe onde tem os, né? Esse que é o problema. Eles estavam fazendo uma obra aqui na faixa de domínio, né? está sendo investigada até pela Secretaria de Obras, está sendo investigado se estava na faixa de domínio ou não, né? Porque a gente está achando que não estava na faixa de domínio, aí precisaria de autorização do município para intervenção no solo urbano. Eles cavando lá, pegaram um cano, né? Inundou aqui a o centro da cidade. Isso foi recente, né? Então, assim, o problema, um dos problemas em Seropédica é esse, né? Assim, as canalizações, enfim, são muito antigas, né? tenha problema, estoura, enfim, você vai mexer num lugar, estoura, a gente viveu um período aqui terrível, né? Graças a Deus passou, né? Eu acho que não está tendo mais intercorrências tão próximas, mas a gente passou um período terrível, porque foi o período que a concessionária, né, houve a concessão da Cedae, colocou profissionais novos que não sabiam, entendeu? E aí, mas

assim, respondendo objetivamente a tua pergunta, vereador, foi feito sim a sondagem, tá? Mas a sondagem, né, é igual, é igual medicina, né, é um diagnóstico, né, você não tem uma garantia, entendeu? Porque você não tem como sondar todo o terreno, né? Então, toda a claro que existe um uma, né, nos conhecimentos, né, que a gente tem de engenharia, né, repassados pelo meu pai, e existe ali um sistema, um cálculo, né, que é feito, mas pode existir erros, pode. Você imagina a própria parte de engenharia do tribunal, que são engenheiros concursados, etc. Eles erraram, né? E causou um prejuízo porque o tribunal acabou comprando o imóvel, e acabou que não conseguiu fazer a obra, entendeu? A gente está exatamente para trazer um fórum, um fórum novo. São as questões que estou falando aqui até porque são as questões que assim a gente não consegue chegar à população, né? Porque toda essa luta, né? Nossa, enfim, essa é uma luta particular e claro, né? O prefeito inclusive esteve ontem reunido com a própria magistrada, né, aqui de Seropédica para tratar, enfim, de vários assuntos, né, relacionados à prestação jurisdicional, melhoria da prestação jurisdicional aqui em Seropédica, porque o nosso fórum, infelizmente, é um fórum muito precário, né, que as partes ali ficam misturadas com os réus, né, é complicado para todos, inclusive para magistrados, né? Então assim, mas acabou que na verdade foi feito realmente a sondagem, mas essa tubulação ela estava oculta até da própria concessionária, entendeu? Então assim é muito complicado a situação, é muito complexa. Por isso que a gente assim agradece muito

essa oportunidade né? assim, é o ponto do iceberg, das questões, mas é importante, eu estou tratando, aproveitando, né, a questão, a pergunta, né, tratando dessa questão também porque tem correlação, né, é um problema nosso, é um problema muito grande, a Secretaria de Obras, né, está vendo agora esse problema até em relação aos projetos da União, né, que a gente tem um projeto de relacionado à questão de residência. E você tem além do problema da titulação dos imóveis, que é outro problema que é um problema de regularização fundiária, que a gente está vendo também, nós temos o problema realmente relacionado a essas tubulações, essas questões todas que acabam, como aconteceu inferiormente no que é um terreno bom, né, um terreno amplo. E outra coisa assim, é antes, né, que algum desavisado, enfim, por que que construiu ali? Existia um planejamento para construir ali, porque ali a ideia é construir um complexo, né? Você tem ali, não o complexo prisional, né? Não podia perder a oportunidade, um complexo hospitalar, né? Então, ali vai funcionar o hospital que próximo da maternidade e próximo da UPA, que inclusive assim a gente tem o projeto também da própria Secretaria de Saúde, a sede administrativa está ali também próximo ao hospital. Então formar realmente um complexo, né? o professor Lucas até sempre fala isso, né? Que assim, não existe, e aí pode pesquisar em município, né? Municípios do Brasil, estou falando, né? que tenham no raio, né, tão próximo unidades médias, seja as UBSs, as unidades médias. E ali é um local estratégico, tá? Que atende muito também. Aí foi falado aqui, eu não

poderia deixar de falar nisso, cerca de 60%, né, da população que é atendida nas nossas unidades não é de Seropédica, tá? Isso é estatística. Quem quiser, a UPA está informatizada quem quiser saber da estatística na saúde, né, eles são não só de saúde, mas eles pegam, eles fazem o cadastro, né? faz o cadastro de toda a pessoa que é atendida até em razão disso até houve um aumento do repasse da questão da saúde. Então isso é importante ser falado também. Então essa o a localização ali foi pensada também, é tudo dentro de um planejamento institucional, né? Até eu não sou especialista como é a Rede Globo, por exemplo, né? Tem os especialistas lá do RJ1 que tem muito especialista, né? É, mas tudo foi pensado, Nezinho, tá? Obrigado aí pela pergunta. **Vereador Sidnei Perrut (primeiro- secretário):** é só para reiterar aqui as palavras do vereador Nando Paixão, da vereadora Luciana, do Max também, nós fizemos por várias vezes até em plenária aqui, convite até algumas pessoas que, como o vereador Nando falou, abrimos democraticamente para fazer o uso da palavra e ninguém veio. Por várias vezes fizemos o convite para comparecer os nossos gabinetes. Nem hoje que o procurador está aqui do executivo para responder as perguntas que foram feitas aqui em plenária. Espero que depois desse dia da explanação do nosso procurador geral do município, toda a explanação que aconteceu aqui quanto ao projeto do hospital, espero que finalize aqui pelo menos essas falácias que foram faladas aqui em redes sociais, aí nas ruas, por é muito fácil desenformar a população, mas informar, informar ninguém quer, né? Então é onde que a gente para pensar e pensa, né, que é politicagem,

deixa a cidade crescer. **Doutor Luiz Fernando (procurador):** até poderia perder oportunidade, já que a gente está falando de live aqui, né? Eu achei interessante também que uma parte da live foi falado do presídio, né, com grau de certeza que o presídio, né, viria, né, um grau de certeza que ninguém tem, nem a secretária de administração penitenciária tem, mas eles têm, né, eles têm uma convicção imensa que o presídio virá. Engraçado, né? Porque a gente teve audiência, nós tivemos audiência pública, foi apresentada aqui, eu botei naquele telão lá a ação, né? Uma das pessoas, né, que estavam fazendo a live, eu não sei se estava, eu acho que estava aqui até, enfim, eu acho que até, estava aqui, sim. Eh, lembrei aqui, e não mencionou a ação da procuradoria, né? não mencionou não, que existe uma ação civil pública. Aí essas pessoas são bem intencionadas, né? Querem informar à população, porque eles o discurso é esse, né? A narrativa é essa, querem informar a população, querem, olha seu, né, enfim, tal, somos muito democráticos e tudo, mas não falaram da ação, né? Então, assim, como negar uma ação, né? uma ação, ação é fictícia, ação e outra coisa, ação não foi feita por inteligência artificial, não, que eu tenho certeza que tentaram fazer uma varredura, vê lá se foi feito, não tem nenhuma linha de inteligência artificial, tá? E foi suor e a cooperação aqui da Câmara de Vereadores. Aí falaram assim: "Não, mas a porque a questão eu estou aqui então de desagravo, tá? Porque a questão foi capitaneada pela universidade Rural. A Rural foi muito importante e é muito importante, né, no processo. Mas quem efetivamente ingressou com ação foi o prefeito, sabe? Por quê? A

procuradoria é um órgão do executivo, né? Então assim, e não foi falado, né? Acho que esqueceram, né? Porque a memória, como a gente diz, eu e o Max aqui que somos na área criminal, a memória é seletiva, né, Max? a memória para acusação é muito, é assim, a memória é ritalina, né? A memória, ela você vai, acessa na hora, mas a memória, enfim, pra realidade das questões, né, porque isso é uma realidade, como negar uma ação judicial. E eu achei interessante isso que eles não falaram, né? Não é, acho esqueceram, né? **Vereador Sidnei Perrut (primeiro-secretário):** Então eu vou finalizar aqui fazendo o meu agradecimento em nome de toda a casa legislativa pelo comparecimento do senhor aqui hoje, por toda a explanação, tá? Muito obrigado. Acho que ficou bem claro para nós e para a população. Então eu continuo fazendo o convite às pessoas que têm dúvida, compareçam à casa legislativa. Todos os vereadores aqui, os gabinetes estão abertos para poder explicar o que for preciso, entendeu? O que, como o vereador Nando Paixão falou, o que não a gente não tiver conhecimento, a gente vai buscar ao procurador, ao executivo que sempre nos informou e passar para vocês, tá bom? Sem mais, presidente. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** muito obrigado, vereador Nezinho. Mais algum vereador para fazer uso da palavra? é muito importante. Eh, eu sou aqui um grande defensor dos debates da legalidade, da imparcialidade, tanto que, né, a gente abriu, acho que eu não me recordo, eu sou hoje eu sou decano aqui, eh, eu não me recordo de uma Câmara de Vereadores tão assim aberta ao diálogo. A gente senta com oposição, a gente conversa com a oposição, a gente

tem muitos diálogos acalorados com a oposição e falamos aqui que íamos convidar o titular da parte da saúde, o procurador, para poder prestar esclarecimento sobre a questão dos atrasos do hospital e foi bem explanado pelo procurador o porquê do atraso. Eu gostaria de só fazer uma pergunta, senhor procurador. O senhor tem ideia assim de se não tiver mais nenhum atraso ou ter que, com certeza aditivos vão acontecer. Tem a ideia de quando a gente vai inaugurar esse hospital pra gente poder passar pra população de Seropédica? **Doutor Luiz Fernando (procurador):** Então como eu falei, isso depende do cronograma físico e financeiro. O que nós estamos tentando fazer é porque isso aí tem dois, né? tem dois lados, né? possíveis de serem pensados, né? numa revisão, de qualquer maneira, vai haver uma revisão contratual. A gente está tentando dar uma solução para esse tempo que foi perdido, vamos dizer assim, num possível adiantamento das etapas, né, porque o cronograma é feito por etapa e aí existe o dispêndio, né, financeiro dos recursos. Então a gente está tentando fazer isso, mas assim é uma tentativa porque cobertura é curto, né? Então orçamentariamente a gente tem um gasto alto, né? com a saúde, e o maior gasto com o pessoal hoje é na saúde, exatamente para manter os serviços da saúde funcionando. Então depende e aí depende também de uma questão da engenharia, né? enfim, mais técnica relacionado às questões de engenharia. Então, isso a gente vai ter assim com de forma concreta, quando a gente finalizar esse estudo que eu falei aqui que é complexo, porque envolve não só a parte jurídica, mas envolve a parte de

engenharia, envolve a parte, né, controladoria interna do município secretaria de fazenda e evidentemente, de obras. Então assim, eu não tenho como precisar nesse momento, mas eu tenho como precisar o dar o prazo para isso, né? Que até o final do ano já teremos esse cronograma, porque né, tem que vir para cá, para cama para votar a lua e o PPA. Tá bom? **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** Obrigado. Outra dúvida aqui que é da população, teve alguma mudança de engenharia? Serão aqueles três blocos ou teve alguma mudança? **Doutor Luiz Fernando (procurador):** É, então assim, a gente não teve, a princípio não vai ter mudança, né, na parte principal, dos blocos, né, nas adjacências, né, que a gente está verificando, justamente razão dessa questão da concessionária, da tubulação, a melhor solução ali com menor custo possível, né, porque, enfim, como eu falei aqui anteriormente, ainda existe uma garantia do projeto e a gente já acionou o contratado pelo projeto para fazer esse redimensionamento do projeto com menor custo possível para a obra, né, para não, enfim, não ter também essa repercussão aí financeira na obra, tá. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** obrigado, senhor procurador. Queria só para as conclusões finais que a Câmara de Vereadores, ela está atenta às vozes da população e toda e qualquer demanda da população que chegar até a gente aqui, a gente vai dialogar, a gente vai convidar para poder debater e, enfim, buscar o bem comum da população Câmara aqui está muito comprometida com a melhoria da qualidade de vida do povo Seropédica. **Vereador Sidnei Perrut (primeiro- secretário):** presidente, pela

ordem. Queria só, eu esqueci de fazer uma explanação aqui que é quebrar o protocolo, né? Hoje é aniversário do nosso secretário de saúde, Dr. Renê, né? eu queria deixar aqui as felicitações para ele em nome da casa, tá? até um nosso secretário e amigo de todos aqui que eu acredito. Renê, saúde e sucesso sempre a sua vida. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** parabéns, Renê. Agradecer muito ao nosso procurador do município pela presença, pela brilhante explanação que acho que pôde tirar dúvida dos vereadores e a gente sai daqui mais tranquilo para conversar com a população quando formos questionados, indagados sobre a questão da obra do hospital. **Doutor Luiz Fernando (procurador):** só para aproveitar a oportunidade assim, já que a gente até falou da ação do presídio e atualizar, né, a todos sobre a ação do presídio do andamento. Nós tivemos uma manifestação da Procuradoria geral do Estado, agora, né, acerca do pedido liminar, tá? estamos aguardando, né, agora a abertura de conclusão para a magistrada que deve caminhar novamente para o Ministério Público, né, porque antes disso o MP já se reservou, né, a se manifestar sobre o pedido liminar mediante manifestação anterior da Procuradoria Geral do Estado, né? Então acredito que, né, ainda talvez essa semana já vá para o Ministério Público, tá? E depois disso vá para a conclusão para a juíza decidir acerca da liminar, tá? Não é acerca, não é para sentenciar não, mas acerca da decisão, né? Liminar que a gente fez o pedido liminar aqui, vamos lembrar, né? O pedido liminar que as informações, né? Que é o acesso às informações e a suspensão imediata do projeto na fase que se

encontrar. Tá bom? Só para atualizar. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** muito obrigada, procurador. A população de Seropédica, o poder legislativo, juntamente com o executivo, nós estamos assim ansiosos aguardando essa decisão. E já que tocou no assunto do presídio, o governador Cláudio Castro, após essa incursão lá na Vila da Penha, né, e no Alemão, a primeira coisa que ele fez foi pedir ao governo federal para transferir do estado grandes lideranças. Então fica claro que ele não consegue ele não consegue ter o controle do sistema penitenciário do Rio de Janeiro a ponto de transferir lideranças do presídio, segurança máxima para Brasília, onde ficou muito claro que eles dentro do presídio aqui no estado do Rio de Janeiro, eles comandam um verdadeiro escritório do crime, né, subjugando a população do Rio de Janeiro, né? há diversos problemas de ordem, né, de segurança, ordem moral. Então, tá bem claro que não pode ter um presídio de segurança máxima aqui, um complexo penitenciário em Seropédica não vai conseguir, não vai conseguir controlar e vão destruir o município de Seropédica. Ficou bem claro isso. Primeira coisa que ele fez foi transferir. Se ele não consegue tomar conta lá de Bangu, vai conseguir tomar conta aqui do complexo de Seropédica e destruir nossa cidade. Revoltante, a gente está muito confiante na ação elaborada pela prefeitura, né, com a participação da Câmara, da Universidade Rural e muito confiante nessa decisão que com certeza vai ser benéfica ao município de Seropédica. Com a palavra, vereadora Paula Quintanilha. **Vereadora Paula Quintanilha:** Procurador, acho que a gente pode criar um bordão aqui, né? Não queremos complexo prisional,

queremos complexo hospitalar. E brincadeiras à parte, deixo meus cumprimentos ao Dr. Renê, minhas felicitações, estimo muita saúde, muitos anos de vida. E eu queria propor aqui, dada o fim da discussão tão importante sobre o hospital e já se encaminhando pro fim da Sessão, eu queria propor um minuto de silêncio em memória e respeito aos policiais que tiveram suas vidas ceifadas, defendendo a nossa sociedade em uma operação para desarticular o crime organizado. Os policiais: Marcos Vinícius de Carvalho, de 51 anos, Rodrigo Veloso Cabral, de 34 anos, sargento Cleiton Serafim, 42 anos e sargento Éber Carvalho, 39 anos. Vidas tão jovens nos deixaram em defesa da sociedade. Então eu proponho aqui um minuto de silêncio em respeito, em memória e em gratidão. **Vereador Max Goulart (vice-presidente):** declaro encerrada a presente sessão, marcando a próxima para terça-feira que vem às 10 horas. Quero justificar também a ausência da vereadora Rose Alves, que encontra-se representando o poder legislativo numa atividade externa. Um bom dia a todos. Vão com Deus. Um excelente final de semana. Um abraço.


Bruno de Almeida Santos
Vereador


Fernando Gomes Leite
Vereador


Sizenando Fernandes Paixão
Vereador


Maximiliano Oliveira de Souza
Vereador

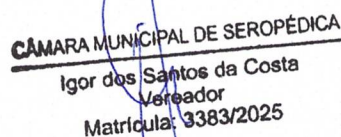

Mariana Felypeck Gabriel Vicente
Vereador


Rosimar Alves da Silva Moreira
Vereadora


Paula Caroline Quintalino
VEREADORA
Mat. 3278


Luciana Alves S. Das Chagas
Vereadora


Sidnei Coutinho Perrut
Vereador


CÂMARA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA
Igor dos Santos da Costa
Vereador
Matrícula: 3383/2025